

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO.....	7
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO.....	11
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO.....	13
NOTA DO AUTOR À 4ª EDIÇÃO.....	15
NOTA DO AUTOR À 5ª EDIÇÃO.....	17
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO .....	19

### CAPÍTULO I A ATIVIDADE BANCÁRIA E SUA REGULAÇÃO JURÍDICA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO BANCÁRIO COMO DISCIPLINA JURÍDICA DA ATIVIDADE BANCÁRIA.....	33
2. DIREITO BANCÁRIO NO QUADRO DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS .....	36
3. ATIVIDADE BANCÁRIA E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	43
4. DIREITO BANCÁRIO E POLÍTICA ECONÔMICA .....	47
5. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O DIREITO BANCÁRIO.....	49
6. PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO BANCÁRIO.....	50

### CAPÍTULO II ASPECTOS FUNCIONAIS DO DIREITO BANCÁRIO: RELAÇÕES ENTRE MOEDA, CRÉDITO E BANCO

1. DEFINIÇÃO E EFICÁCIA JURÍDICA DA MOEDA .....	53
1.1. Característica e funções principais da moeda no sistema econômico.....	58

1.2. Moeda papel, moeda fiduciária, moeda bancária e moeda eletrônica .....	61
1.3. Moeda e sistemas de pagamento .....	65
1.4. Moeda digital e criptoativos .....	67
1.5. Moeda e taxa de juros .....	70
2. CRÉDITO COMO OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA TÍPICA .....	73
2.1. Eficácia jurídica do crédito .....	77
2.2. Tutela jurídica do crédito .....	80
3. DISCIPLINA DOS MEIOS DE PAGAMENTO .....	83
3.1. Os arranjos de pagamento .....	86
3.2. Instituições de pagamento .....	89
3.3. O Sistema de Pagamento Instantâneo (SPI) – “Pix” .....	91

### CAPÍTULO III FONTES DO DIREITO BANCÁRIO

1. IMPORTÂNCIA DAS FONTES DO DIREITO BANCÁRIO .....	93
2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	95
3. LEI 4.595/1964 – LEI BANCÁRIA .....	97
4. OUTRAS LEIS ESPARSAS .....	98
5. CÓDIGO CIVIL .....	99
6. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	100
7. NORMAS ADMINISTRATIVAS REGULATÓRIAS .....	102
8. USOS E COSTUMES BANCÁRIOS .....	102
9. <i>SOFT LAW</i> : RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS E NORMAS INSTITUCIONAIS .....	103
9.1. Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: os acordos de Basileia .....	104
9.2. Os padrões regulatórios do <i>Financial Stability Board</i> .....	113
10. AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA .....	115

## CAPÍTULO IV O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	117
1.1. Ordenação jurídica do Sistema Financeiro Nacional .....	119
1.2. Integrantes do Sistema Financeiro Nacional.....	122
1.2.1. Bancos .....	123
1.2.1.1. Bancos comerciais .....	124
1.2.1.2. Bancos de investimento .....	125
1.2.1.3. Bancos de desenvolvimento .....	126
1.2.1.4. Bancos de câmbio.....	127
1.2.2. Sociedades de crédito, financiamento e investimento.....	128
1.2.3. Sociedades de crédito imobiliário .....	128
1.2.4. Bancos cooperativos e cooperativas de crédito .....	129
1.2.5. Companhias hipotecárias.....	137
1.2.6. Agências de fomento .....	138
1.2.7. Associações de poupança e empréstimo .....	139
1.2.8. Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pe- queno porte .....	140
1.2.9. Bancos públicos e Sistema Financeiro Nacional .....	141
1.2.9.1. Banco do Brasil.....	142
1.2.9.2. Caixa Econômica Federal .....	143
1.2.9.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So- cial – BNDES.....	144
1.2.9.4. Bancos estaduais .....	145
1.3. Correspondentes bancários.....	145
1.4. <i>Fintechs</i> : sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimos entre pessoas .....	148
2. A REGULAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	153
2.1. Regulação do Sistema Financeiro Nacional e intervenção do Estado no do- mínio econômico.....	153
2.1.1. Regulação e supervisão bancária .....	157
2.1.2. Regulação bancária e política econômica.....	160
2.2. Estrutura de regulação .....	161
2.2.1. Conselho Monetário Nacional .....	162
2.2.2. Banco Central do Brasil.....	164

2.3.	Conteúdo da regulação jurídica do sistema financeiro .....	170
2.3.1.	Conformação da competência regulatória .....	171
2.3.2.	Regulação econômica e competência regulamentar .....	177
2.3.3.	Regulação bancária e defesa da concorrência.....	179
2.3.4.	Regulação experimental (“Sandbox” regulatório) .....	183
2.4.	Fiscalização e controle do Sistema Financeiro Nacional.....	187
2.4.1.	Competência de fiscalização e controle das instituições financeiras no âmbito do Sistema Financeiro Nacional .....	187
2.4.2.	Processo e procedimento administrativo sancionatório no âmbito do sistema financeiro.....	189
2.4.2.1.	Princípios informadores do exercício da competência sancionatória no âmbito do Sistema Financeiro Nacional .....	189
2.4.2.1.1.	Princípio da legalidade .....	190
2.4.2.1.2.	Princípio da culpabilidade.....	192
2.4.2.1.3.	Princípio do devido processo legal.....	193
2.4.2.1.4.	Princípio do contraditório e da ampla defesa....	195
2.4.2.2.	Processo e procedimento sancionatórios na esfera de atuação do BACEN.....	196
2.4.2.2.1.	Infrações puníveis.....	196
2.4.2.2.2.	Penalidades .....	198
2.4.2.2.3.	Medidas coercitivas e acautelatórias.....	203
2.4.2.2.4.	Procedimento administrativo (rito processual).....	205
2.4.2.2.5.	Termo de compromisso .....	207
2.4.2.2.6.	Acordo administrativo em processo de supervisão.....	209
2.4.2.3.	Processo e procedimento sancionatórios relativos a infrações à legislação de prevenção: à “lavagem”, ocultação e dissimulação de bens, direitos e valores .....	212
2.4.3.	Entidades e órgãos titulares de competência de fiscalização.....	214
2.4.3.1.	Banco Central do Brasil – BACEN .....	214
2.4.3.2.	O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.....	217
2.4.3.3.	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional...	219
2.4.4.	Outras penalidades administrativas aplicáveis às instituições financeiras .....	221

2.4.4.1.	Sanções para infrações relativas à “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	221
2.4.4.2.	Sanções de infrações relativas a operações cambiais.....	221
2.5.	Proteção do consumidor e regulação do sistema financeiro .....	222
2.5.1.	Aplicabilidade das normas de defesa do consumidor às relações bancárias .....	223
2.5.2.	Eficácia das normas de defesa do consumidor nas relações bancárias.....	231
2.5.3.	Deveres da instituição financeira na concessão de crédito.....	232
2.5.4.	Crédito responsável e superendividamento do consumidor .....	245
2.5.4.1.	Deveres na oferta e concessão do crédito.....	249
2.5.4.2.	Sanções no caso de violação dos deveres previstos em lei ....	256
2.6.	Autorregulação bancária .....	258
3.	A REGULAÇÃO JURÍDICA DOS RISCOS BANCÁRIOS.....	259
3.1.	A definição de riscos bancários e sua regulação jurídica .....	259
3.1.1.	Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital (“Acordos de Basileia”) .....	266
3.1.2.	Espécies de riscos bancários.....	268
3.1.2.1.	Risco de crédito.....	269
3.1.2.2.	Risco de liquidez .....	271
3.1.2.3.	Risco operacional.....	273
3.1.2.4.	Risco de mercado .....	275
3.1.2.5.	Risco sistêmico.....	278
3.1.2.6.	Risco social .....	278
3.1.2.7.	Risco ambiental.....	282
3.1.2.8.	Risco climático.....	282
3.1.3.	Regulação jurídica e prevenção de riscos bancários.....	283
3.1.3.1.	Segmentação das instituições financeiras para aplicação proporcional da regulação prudencial .....	287
3.1.3.2.	Estruturas de gerenciamento de riscos e de capital .....	289
3.2.	Governança corporativa nas instituições financeiras que integram o sistema bancário.....	292

## CAPÍTULO V

### A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA

1. A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA .....	297
1.1. Sujeitos da relação jurídica bancária .....	299
1.2. Objeto da relação jurídica bancária .....	300
1.3. Atividade bancária como atividade empresarial .....	302
1.4. Relação jurídica bancária como relação de consumo .....	303
1.5. Sigilo bancário .....	310
1.5.1. Fundamento constitucional do sigilo bancário .....	313
1.5.2. Informações resguardadas sob sigilo bancário .....	319
1.5.3. Procedimento para acesso às informações sigilosas .....	322
1.6. Bancos de dados de informações de crédito e sua disciplina jurídica .....	324
1.6.1. Bancos de dados de informações de adimplemento para formação do histórico de crédito .....	325
1.6.1.1. Procedimento de inclusão de informações .....	328
1.6.1.2. Conteúdo das informações arquivadas .....	330
1.6.1.3. Direitos do titular das informações arquivadas .....	331
1.6.1.4. Deveres das fontes .....	334
1.6.1.5. Deveres do gestor do banco de dados .....	336
1.6.1.6. Origem dos dados e compartilhamento das informações .....	337
1.6.1.7. Responsabilidade da fonte, do gestor do banco de dados e do consulente .....	338
1.6.2. Sistemas de pontuação de crédito ( <i>scoring</i> ) .....	338
1.6.3. <i>Open banking</i> e <i>open finance</i> .....	343
2. CONTRATOS BANCÁRIOS .....	346
2.1. Aspectos distintivos dos contratos bancários .....	351
2.2. Princípios contratuais aplicáveis aos contratos bancários .....	354
2.2.1. Autonomia da vontade .....	355
2.2.2. Boa-fé .....	356
2.2.3. Equilíbrio (ou da equivalência material) .....	359
2.2.4. Liberdade de forma .....	362
2.2.5. Vulnerabilidade do consumidor .....	363

2.3.	Causa e função dos contratos bancários .....	365
2.3.1.	Bipartição de causas dos contratos bancários .....	371
2.3.2.	Conexidade, coligação e redes de contratos bancários .....	374
2.4.	Informação dos contratantes e contrato bancário .....	379
2.5.	Contratos bancários como contratos de adesão .....	385
2.6.	Automatização e contratação bancária .....	389
2.7.	Remuneração dos contratos bancários, equilíbrio das prestações e controle judicial .....	392
2.8.	Principais espécies de contratos bancários .....	396
2.8.1.	Contrato de conta-corrente .....	397
2.8.1.1.	Características .....	399
2.8.1.2.	Formação do contrato .....	401
2.8.1.3.	Espécies .....	402
2.8.1.4.	Eficácia jurídica .....	404
2.8.1.5.	Extinção do contrato .....	407
2.8.1.6.	Conta-corrente e cheque .....	413
2.8.1.6.1.	Características do cheque .....	413
2.8.1.6.2.	Formas de cheque .....	415
2.8.1.6.3.	Regime legal .....	415
2.8.1.6.4.	Ordem de pagamento à vista e boa-fé .....	417
2.8.1.6.5.	Prazo para apresentação e cobrança do cheque .....	419
2.8.1.6.6.	Ação de enriquecimento sem causa (locupletamento indevido) contra o emitente de cheque prescrito .....	420
2.8.1.6.7.	Cheque como prova da existência do crédito em ação monitória .....	424
2.8.1.6.8.	Revogação da ordem e sustação de pagamento .....	426
2.8.1.6.9.	Cheque cruzado .....	430
2.8.1.6.10.	Transmissão do cheque .....	430
2.8.1.6.11.	Emissão de cheques sem provisão de fundos ....	431
2.8.2.	Contrato de depósito .....	434
2.8.2.1.	Características .....	437
2.8.2.2.	Formação do contrato .....	438

2.8.2.3.	Espécies.....	438
2.8.2.4.	Eficácia jurídica.....	441
2.8.2.5.	Extinção do contrato.....	441
2.8.3.	Contrato de mútuo.....	441
2.8.3.1.	Características.....	444
2.8.3.2.	Formação do contrato.....	445
2.8.3.3.	Espécies.....	447
2.8.3.4.	Eficácia jurídica.....	450
2.8.3.4.1.	Juros remuneratórios.....	452
2.8.3.4.2.	Juros moratórios.....	454
2.8.3.4.3.	Parâmetros de controle de juros e intervenção judicial no contrato bancário.....	456
2.8.3.4.4.	Comissão de permanência.....	460
2.8.3.4.5.	Multa contratual.....	464
2.8.3.5.	Extinção do contrato.....	465
2.8.4.	Contrato de abertura de crédito.....	467
2.8.4.1.	Características.....	469
2.8.4.2.	Formação do contrato.....	471
2.8.4.3.	Espécies.....	471
2.8.4.3.1.	Abertura de crédito simples e em conta corrente.....	472
2.8.4.3.2.	Abertura de crédito a descoberto ou garantida.....	472
2.8.4.4.	Eficácia jurídica.....	473
2.8.4.5.	Cédula de crédito bancário.....	475
2.8.4.6.	Extinção do contrato.....	483
2.8.5.	Desconto bancário.....	486
2.8.5.1.	Características.....	488
2.8.5.2.	Formação do contrato.....	490
2.8.5.3.	Espécies.....	491
2.8.5.3.1.	Desconto cambiário.....	491
2.8.5.3.2.	Desconto documentário.....	492
2.8.5.4.	Eficácia jurídica.....	492
2.8.5.5.	Extinção do contrato.....	494
2.8.6.	Antecipação bancária.....	495
2.8.6.1.	Características.....	496



2.8.6.2.	Formação do contrato.....	497
2.8.6.3.	Eficácia jurídica.....	498
2.8.6.4.	Extinção do contrato.....	499
2.8.7.	Crédito documentário.....	499
2.8.7.1.	Características.....	502
2.8.7.2.	Formação do contrato.....	503
2.8.7.3.	Espécies.....	503
2.8.7.4.	Eficácia jurídica.....	504
2.8.7.5.	Extinção do contrato.....	506
2.8.8.	Contratos de câmbio.....	506
2.8.8.1.	A disciplina do mercado de câmbio.....	508
2.8.8.2.	Características.....	511
2.8.8.3.	Espécies.....	513
2.8.8.4.	Eficácia do contrato.....	517
2.8.8.5.	Extinção do contrato.....	519
2.8.9.	Contratos de derivativos.....	520
2.8.9.1.	Características.....	523
2.8.9.2.	Formação do contrato.....	525
2.8.9.3.	Espécies.....	525
2.8.9.3.1.	O contrato de <i>swap</i> .....	526
2.8.9.3.2.	Os contratos a termo e futuros.....	526
2.8.9.3.3.	Os contratos de opções.....	527
2.8.9.3.4.	Contratos derivativos de crédito.....	528
2.8.9.4.	Eficácia jurídica.....	529
2.8.9.5.	Extinção do contrato.....	531
2.8.10.	Contratos de cartão de crédito.....	532
2.8.10.1.	Características.....	535
2.8.10.2.	Formação do contrato.....	535
2.8.10.3.	Eficácia jurídica.....	536
2.8.10.4.	Extinção do contrato.....	540
2.8.11.	Fundos de investimento.....	542
2.8.11.1.	Características.....	549
2.8.11.2.	Formação do contrato.....	551
2.8.11.3.	Categorias e classes de fundo.....	553
2.8.11.4.	Eficácia jurídica.....	560
2.8.11.5.	Extinção do contrato.....	567

2.9. Garantias dos contratos bancários .....	568
2.9.1. Garantias pessoais .....	571
2.9.1.1. Fiança.....	571
2.9.1.2. Aval .....	575
2.9.2. Garantias reais.....	577
2.9.2.1. Penhor.....	578
2.9.2.2. Hipoteca.....	582
2.9.2.3. Anticrese .....	588
2.9.3. Constituição de propriedade fiduciária e cessão fiduciária de direitos.....	589
2.9.3.1. Alienação fiduciária .....	590
2.9.3.2. Cessão fiduciária em garantia .....	594
2.9.4. O seguro de crédito .....	598
2.9.5. As cartas de conforto.....	601
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	603
3.1. Pressupostos da responsabilidade civil das instituições financeiras .....	606
3.1.1. Conduta.....	608
3.1.2. Nexo de causalidade.....	609
3.1.3. Dano .....	613
3.1.4. Excludentes de responsabilidade civil dos bancos.....	617
3.2. Casuística da responsabilidade civil das instituições financeiras.....	628
3.2.1. Responsabilidade por violação do dever de segurança .....	628
3.2.2. Responsabilidade por violação do dever de fideduciação .....	638
3.2.3. Responsabilidade por violação dos deveres de lealdade e cooperação .....	645

## CAPÍTULO VI

### INTERVENÇÃO DO ESTADO NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM CRISE

1. CRISE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E INTERVENÇÃO DO ESTADO .....	649
1.1. Proteção dos depósitos privados nas instituições financeiras em crise.....	654
1.1.1. Garantia de depósitos e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) .....	656
1.1.1.1. Natureza jurídica e custeio do Fundo Garantidor de Créditos .....	656
1.1.1.2. Finalidades.....	656

1.1.1.3.	Composição .....	658
1.1.1.4.	Conteúdo e efeitos da garantia.....	658
1.1.2.	Garantia de depósitos e o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).....	660
1.2.	Atuação do Banco Central na instituição financeira em crise .....	661
1.2.1.	Medidas preventivas.....	663
1.2.2.	Medidas interventivas .....	664
2.	REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA (RAET).....	667
2.1.	Efeitos.....	668
2.1.1.	Nomeação do Conselho Diretor .....	669
2.1.2.	Efeitos em relação às atividades da instituição financeira.....	670
2.1.3.	Efeitos em relação à responsabilidade dos administradores.....	670
2.2.	Causas de cessação do regime .....	671
3.	INTERVENÇÃO .....	672
3.1.	Efeitos.....	674
3.2.	Formalização da intervenção e nomeação do interventor .....	675
3.3.	Atribuições e responsabilidades do interventor .....	675
3.4.	Conclusão da intervenção .....	676
4.	LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	676
4.1.	Efeitos.....	679
4.2.	Atribuições e responsabilidades do liquidante.....	683
4.3.	Habilitação dos credores e liquidação das obrigações da instituição financeira.....	685
4.4.	Encerramento da liquidação extrajudicial .....	687
5.	RESPONSABILIDADE ESPECIAL DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....	688
5.1.	Do inquérito .....	689
5.2.	Natureza da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal .....	690
5.3.	Extensão da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal .....	698
5.4.	Ação de responsabilidade .....	700

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES CONTÁBEIS E AUDITORES INDEPENDENTES .....	709
BIBLIOGRAFIA .....	713
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	747